

AS ABORDAGENS DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: Origem e Perspectivas Recentes

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2024.61.16213>

Submetido em: 28/07/2024

Aceito em: 07/08/2024

Bernard Pecqueur¹

RESUMO

Este artigo pretende mostrar, primeiramente, como se constituiu a ciência regional e como a questão territorial surgiu na literatura internacional, para, depois, discutir as dinâmicas territoriais que operam em torno da noção de recurso territorial. Esta noção está no centro da procura de soluções para os desafios contemporâneos (crises climáticas, sanitárias, alimentares e geopolíticas). As soluções para estes desafios passam por uma renovação da noção de território e pela evolução da questão-chave da resiliência do sistema produtivo global, que passa pela hibridização da geografia social e da economia.

Palavras-chave: ciencia regional; dinâmica territorial; recurso territorial; desenvolvimento territorial.

LES APPROCHES DE DEVELOPPEMENT TERRITORIAL: EMERGENCE ET PERSPECTIVES RECENTES

RESUME

Cet article vise à montrer, dans un premier temps, comment s'est constituée la science régionale et comment la question territoriale a émergé dans la littérature internationale, pour ensuite discuter des dynamiques territoriales opérées autour de la notion de ressource territoriale. Cette notion est au cœur de la recherche de solutions aux défis contemporains (crises climatiques, sanitaires, alimentaires et géopolitiques). Les solutions à ces défis passent par un renouvellement de la notion de territoire et par l'évolution de la question clé de la résilience du système productif mondial, qui implique l'hybridation de la géographie sociale et de l'économie.

Mots-clés: science régionale; dynamique territoriale; ressource territoriale; développement territorial.

¹ Universidade Grenoble Alpes. França. <https://orcid.org/0000-0002-4986-0349>

INTRODUÇÃO

As crises recentes, tanto climáticas quanto geopolíticas, financeiras ou sanitárias, que se acumulam e aceleram, convidam a uma visão crítica, ou até mesmo a uma contestação radical do funcionamento do modelo dominante de desenvolvimento. Serge Latouche (2010), defensor do conceito de “decrecimento”, lembra oportunamente que os fundadores da economia política clássica, no momento do surgimento da Revolução Industrial na Inglaterra, por volta do final do século XVIII, sempre consideraram que mecanismos reguladores inerentes ao funcionamento do mercado limitavam a predação dos recursos energéticos não renováveis do planeta, interrompendo o processo de crescimento: “Na concepção dos clássicos, exceto Malthus, o organismo econômico para de crescer em determinado momento, mas continua funcionando e vivendo sem problemas, sob a influência de suas forças internas” (Latouche, 2010, p. 30). Essa é a tese do “estado estacionário” do sistema econômico, que se autorregula e se reequilibra indefinidamente.

Essa tese da resiliência perpétua do sistema capitalista foi combatida por economistas com ideias muito diferentes. Podemos citar Alfred Marshall, Joseph Schumpeter e Karl Marx, que cada um à sua maneira previu a inevitabilidade da crise final do capitalismo: um para comemorar, e os outros para lamentar. Marx previu a crise do capitalismo com base na queda tendencial da taxa de lucro; Marshall viu no acúmulo de capital o perigo do monopólio, que elimina a concorrência; e Schumpeter se preocupou com o “crepúsculo da função empreendedora”, prevendo que o capitalismo não sobreviveria ao século XX. No entanto, nenhuma dessas consequências aparentemente fatais foi observada desde o surgimento do modelo na Inglaterra, há dois séculos e meio.

Há, portanto, uma forte resiliência no capitalismo, que se reproduz e se transforma, adotando novas formas construídas por meio de crises econômicas e sociais profundas, como a crise de superprodução de 1929 e a crise do fordismo nos anos 1980. Essas formas se inscrevem em trajetórias reguladoras, primeiramente através da importante participação do Estado, segundo a abordagem keynesiana, na implementação de estratégias de desenvolvimento baseadas na capacidade do ator público de evitar crises por meio do crescimento regular e ininterrupto do consumo. Mais tarde, com a crise do fordismo, a governança do capitalismo passa para o *New Public Management*, que incorpora os princípios do neoliberalismo na gestão dos Estados e regiões. A estratégia de desenvolvimento, e até mesmo a própria noção de desenvolvimento de inspiração eurocêntrica, unilinear, centrada na ideia de progresso e na capacidade dos seres humanos de submeter a natureza às suas necessidades, contribuiu para a resiliência do capitalismo.

No entanto, a amplitude das turbulências recentes parece indicar que a própria ideia de desenvolvimento está em crise hoje, e não apenas a do crescimento. A noção de desenvolvimento é consubstancial ao sistema capitalista, ao qual a sociedade ocidental chegou, e um de seus aspectos mais importantes reside na exploração da natureza em benefício do crescimento econômico. No entanto, o postulado de que as sociedades humanas podem controlar ilimitadamente a natureza por meio da tecnologia revelou-se falso, como apontam os defensores das abordagens do antropoceno. Não só a tecnologia não permite controlar completamente os riscos naturais, como também pode contribuir para a destruição da natureza. Para Pierre Calame (2018),

A Revolução Industrial do século XIX e a ascensão dos Estados-nação, seguida pela internacionalização das trocas, a circulação de capitais e o surgimento de cadeias de produção globalizadas, haviam marginalizado os territórios locais. A afirmação das singularidades territoriais já não se alinhava com as ideias de mercado perfeito e de uma sociedade homogênea (p. 74).

A metáfora é bastante expressiva: um ‘grumo’ é uma pequena bola de matéria (de farinha na massa de panquecas, por exemplo) que não se mistura bem na massa, que resiste à exigência de fluidez dessa massa, e é essa resistência que fundamenta a especificidade do espaço econômico, que inclui a geografia, a história e a cultura de um lugar, moldando o cotidiano dos seres humanos. Sair da homogeneidade de nossos sistemas, que pressupõem um comportamento único, desespacializado, global e anônimo dos agentes, torna-se um imperativo para a sobrevivência do sistema dominante.

Este artigo se propõe a mostrar, na primeira parte, como se constituiu a ciência regional e como a questão territorial emergiu na literatura internacional. Na segunda parte, será mostrado como as dinâmicas territoriais funcionam em torno da noção de recurso territorial. A conclusão abordará, a partir dos desafios atuais, as questões que exigem uma renovação do conceito de ‘território’ e como o principal desafio da resiliência do sistema produtivo mundial poderá evoluir, passando pela hibridização da geografia social e da economia.

DA INFLUÊNCIA DO ESPAÇO GENÉRICO À IDEIA DE ESPECIFICIDADES ESPACIAIS

Em sua obra sobre o desenvolvimento regional, Dallabrida (2011) questiona uma pergunta simples, mas fundamental: por que algumas regiões se desenvolvem e outras não. Essa pergunta ecoa em outra obra publicada por Lipietz e Benko (1992), para quem existem “regiões que ganham” e, portanto, outras que perdem. Podemos citar também, no caso do Brasil, Milton Santos (1978, 2003), para quem o espaço não é visto como um elemento material, mas como um instante, uma ação que constrói um “espaço vivido”. Ele repensa o espaço como um território utilizado pelos homens, em vez de um cenário passivo.

Percebe-se, então, o surgimento das desigualdades espaciais, que não decorrem das condições de produção, mas de características propriamente geográficas (história do lugar, cultura do lugar, etc.). Para entender as consequências do surgimento da variável espacial nos processos de produção, é necessário mencionar brevemente alguns marcos na construção da ciência regional.

Constituição da ciência regional: novas noções

Integrar o espaço físico na evolução das sociedades sempre foi uma grande dificuldade para o pensamento econômico, que se baseia em um raciocínio abstrato, onde a “mão invisível” de Adam Smith não está localizada em um espaço físico. Portanto, é natural que os primeiros modelos explicando como a produção se posiciona no espaço em relação ao local de consumo sejam encontrados entre os geógrafos, especialmente na geografia alemã. Von Thünen (1826) desenvolveu um modelo de localização partindo de uma planície uniforme — semelhante à sua Prússia Oriental natal — no qual ele determina a localização das produções agrícolas diferencia-

das em círculos concêntricos ao redor do mercado, de acordo com o princípio de que é o custo de transporte, somado ao custo de produção, que determina a proximidade ou distância do mercado, localizado no centro do círculo. Outros modelos baseados na otimização das localizações dos produtos em relação ao mercado (Weber, Palander, Christaller, Lösch, etc.) seguiram, formando uma sólida escola geográfica alemã. Esta escola desenvolveu, assim, uma verdadeira teoria da localização, onde o espaço considerado é essencialmente resultado dos custos de transporte.

A ciência regional emergiu de fato no contexto particular da crise de 1929 nos Estados Unidos e da Segunda Guerra Mundial. Pode-se considerar que a política do “*new deal*” impulsionada por Roosevelt, com o objetivo de sair da crise, inaugurou a função do planejamento regional (*regional planning*). A função do espaço evoluiu para uma dinâmica cumulativa impulsionada pelas empresas e pela força dos investimentos injetados na economia. Rosenstein-Rodan (1961) desenvolveu o modelo do “*Big Push*”, especialmente para a América Latina. Esse modelo, essencialmente macroeconômico, foi adaptado nas políticas regionais, renovando os conceitos. Walter Isard (1951) utilizou um quadro de insumo-produto regional baseado nos quadros de Leontief. Hirschman (1971) demonstrou a realidade dos efeitos de encadeamento, na linha dos efeitos multiplicadores keynesianos. Perroux (1950) inventou o conceito de espaço polarizado.

A etapa histórica seguinte ocorreu na década de 1970, com o advento de uma teoria da dominação. Inspirado pela análise filosófica de Lenin sobre o imperialismo, esse campo de pesquisa se desenvolveu principalmente em países anteriormente colonizados, especialmente na América Latina. Essa análise introduziu o papel do espaço como discriminador dos locais de produção entre um centro e as periferias (Amin, 1976). Os dois tipos de espaço mantêm relações desequilibradas de transferência de valor, que Emmanuel (1972) analisou como uma “troca desigual”. Essas abordagens críticas impactaram fortemente o debate brasileiro sobre o desenvolvimento, através de uma teoria da dependência (Cardoso; Faletto, 1979) ou da noção de desenvolvimento do subdesenvolvimento (Frank, 1966). Essa abordagem pode ser aplicada dentro de um Estado, entre uma região central e suas periferias. A função explicativa que caracteriza o espaço aqui é a mecânica da relação social. A geografia crítica de David Harvey (2001) retomou mais recentemente essa análise.

A última etapa desse breve panorama sobre a construção da ciência regional é dominada pela globalização das economias, que se acelerou após o “choque do petróleo” de 1973. Os efeitos de contágio e dependência entre as nações se ampliaram. O fenômeno do crescimento urbano, especialmente nas cidades do Sul, ganhou grande proporção, e novas dinâmicas de aglomeração e desaglomeração surgiram. Krugman (1997), teórico da globalização, retomou alguns aspectos dos trabalhos de Perroux sobre o espaço polarizado para fundar uma “nova economia geográfica” e compreender os crescimentos diferenciados das cidades, entre megacidades e cidades em retração (*shrinking cities*). Para Martin e Sunley (2000), Krugman inaugurou uma nova teoria do comércio e uma nova economia dos fatores de vantagem competitiva, que dão um peso significativo ao papel que a geografia de um país pode desempenhar na determinação do desempenho comercial das indústrias desse país².

² Outras contribuições mais recentes sobre a inserção da noção de território na Ciência Regional: Claval (2008); Capello (2016).

Essas contribuições sucessivas podem ser resumidas em uma linha do tempo no quadro a seguir.

Quadro 1 – As contribuições conceituais sobre o espaço econômico

Hipótese	Contexto histórico	Objetivo da abordagem	Função chave
Espaço homogêneo	Revolução industrial	Otimizar a localização	O mercado
Espaço polarizado	Crise de 1929 Guerra 1939-1945	Reduzir as desigualdades espaciais	A firma
Espaço imperialista	Pós-colonialismo e independências Multinacionais	Compreender os mecanismos de dominação	A relação social
Dinâmicas de aglomeração espacial	Globalização Transnacionais	Adaptar-se à globalização	Os mecanismos de aglomeração

Fonte: o autor

Cada uma dessas concepções de espaço se soma às outras sem real incompatibilidade, na medida em que elas cobrem realidades que coexistem empiricamente. No entanto, a concepção comum de espaço é a de um “recipiente” no qual atuam as funções-chave. Em outras palavras, as funções-chave existem e são determinantes, independentemente das especificidades do lugar onde elas são exercidas. Pode-se falar de um espaço econômico “genérico” que nega as especificidades (históricas, morfológicas, culturais, etc.).

Abordagem Sistêmica do Território

Uma evolução notável das estruturas produtivas apareceu nos anos setenta, primeiro na indústria e depois na produção agrícola. Este período corresponde às crises do petróleo, mas também a um patamar (provisório) de produtividade. Podemos situar neste momento o fim do fordismo triunfante e a entrada em um momento incerto de mutação longa, chamado, por falta de melhor termo, de “pós-fordismo”. Trata-se de uma nova virada na relação do desenvolvimento com o espaço econômico, que se manifestará através de abordagens sistêmicas e ancoradas na sociedade. Essa renovação transforma a ciência regional ao abandonar a hipótese de um espaço como suporte da atividade econômica, onde a localização das atividades é apenas consequência do jogo de funções amplamente independentes do contexto espacial (mercado, firma, relação social ou desagregação urbana, como resume a Tabela 1). Essa abordagem se difunde na literatura internacional em torno das noções de “clusters” e “distritos industriais”, que se desdobram na indústria, mas também na produção agrícola e, mais recentemente, na produção alimentar.

Sistemas Produtivos Localizados:

Os economistas italianos ressuscitaram as observações feitas por A. Marshall no início do século, que mencionavam a existência de “distritos industriais” (Becattini, 1979). Ao mesmo tempo, o americano M. Porter desenvolveu uma noção próxima, o “cluster” (Porter, 1998). O distrito de Becattini se desenvolveu na literatura italiana paralelamente ao cluster de Porter, mas com convergências muito fortes ressaltadas no livro coletivo “*A handbook of industrial districts*”, sobre o tema (Becattini; Belandi; De Proppris, 2009)³. Na produção agrícola, a evolução das

³ Nota para a versão em português: Nessa coletânea, o texto de Porter e Ketels (2009) destaca a origem comum, no entanto, a diferença em termos de perspectivas entre as abordagens sobre Clusters e Distritos Industriais.

análises é paralela. De fato, com base no modelo dos sistemas produtivos locais (Courlet, 2002), que é uma versão adaptada ao caso francês dos distritos italianos, Muchnik e Sautier (1998) desenvolveram a noção de Sistemas Agroalimentares Localizados (SIAL).

Nos estudos de Muchnik e Sautier (2008, p. 513), os autores definem um sistema ancorado na sociedade onde o processo de produção está inserido na geografia do lugar:

...os trabalhos de pesquisa em torno do tema dos Sistemas Agroalimentares Localizados, que se situam na interseção entre as análises de cadeias produtivas e as análises territoriais, têm como objetivo elaborar um quadro teórico específico para compreender a organização e o funcionamento de um conjunto de atividades econômicas (produção, transformação, restauração...), culturais (educativas, festivas...), recreativas (turismo rural, formações, concursos...), ligadas a um território específico, tanto do ponto de vista material quanto simbólico. Trata-se de entender as sinergias entre essas diferentes atividades territoriais para reforçar o ancoramento das produções locais e a valorização de produtos alimentares específicos.

A noção de SIAL teve um importante sucesso na América do Sul, especialmente no México (Torres Salcido et al., 2011), no Brasil (Muchnik, 2013; Campolina Diniz; Borges Lemos, 2005), assim como no Quebec (Jean, 2006) e em Marrocos (Zahidi, 2023). A noção de SIAL se apresenta como uma extensão para as produções agrícolas da ideia de distritos industriais desenvolvida na Itália, assim como dos sistemas produtivos locais.

Essa abordagem sistêmica da produção representa uma virada epistêmica que Piore e Sabel (1984) destacaram por meio da ideia de especialização flexível. Esse corpus teórico reposiciona o espaço econômico como uma construção de atores. Ele integra o espaço e a inovação através da noção de ambientes inovadores (Camagni, 1995; Maillat, 1995). Trata-se de uma ilustração do princípio de construção territorial pelos atores. Os autores europeus reunidos em um Grupo de Pesquisa Europeu sobre Ambientes Inovadores (Gremi) realizaram estudos sobre os ambientes industriais, especialmente com o exemplo da indústria relojoeira suíça. Durante a transição do relógio mecânico para o relógio eletrônico, os estudos do Gremi mostraram uma diferença significativa de desempenho entre a adaptação à mudança tecnológica na Suíça em comparação com a França vizinha (a Franche-Comté, região fronteira também dominada pela indústria relojoeira). Portanto, haveria um verdadeiro “efeito território” relacionado ao contexto histórico, cultural e ao saber acumulado no território.

Emergência da noção de território

Essa visão sistêmica que integra o espaço de proximidade no âmbito da macroeconomia faz emergir a noção de “território”. A literatura em língua inglesa usa a noção de território de forma muito restrita (Delaney, 2008), preferindo o binômio “*Space*” ou “*Place*”. O primeiro termo designa uma extensão abstrata, enquanto o segundo designa um espaço habitado e governado que pode ser designado empiricamente pela palavra “região”. Essa oposição simples tem o mérito de distinguir claramente o espaço abstrato do espaço concreto. No entanto, a limitação dessa concepção é dupla. Por um lado, a ideia de construção do espaço pelos atores com o objetivo de resolver um problema utilizando os recursos não aparece, pois não pode ser distinguida de uma ação de política pública. Por outro lado, a noção de especificidade que faz com que, além de certas regularidades macroeconômicas, cada território seja distinto de outro não aparece claramente.

Portanto, é necessário combinar o território concreto e o território abstrato, que são realidades distintas, mas necessárias. De fato, o território concreto é aquele das instituições que, em particular, provêm o financiamento dos projetos, enquanto o território abstrato reflete a vontade dos atores envolvidos (os *stakeholders*). Os dois espaços não se sobrepõem completamente, mas estão interligados. Para ser preciso, o território concreto diz respeito a todos os residentes que habitam dentro do perímetro político-administrativo considerado. O território abstrato mobiliza a parte dos residentes concernente ao problema que eles têm em comum, sendo, portanto, menos estritamente delimitado que o espaço concreto e podendo ter um caráter provisório quando o objetivo de solução do problema comum dos atores é resolvido, ou quando se verifica que as condições de construção não estão reunidas. O território concreto é um quadro passivo para a ação cidadã, enquanto o território abstrato é um espaço de ação proativa, mas relativamente frágil, que pode, portanto, desaparecer⁴.

Podemos, assim, propor a seguinte definição da dinâmica territorial: O desenvolvimento territorial é um encontro de atores, em um referente espacial que faz duas coisas: revela e implementa soluções para problemas comuns (Pecqueur, 1989). Em outras palavras, as dinâmicas territoriais podem ser consideradas como máquinas de resolver problemas, da mesma forma que o mercado ou as políticas públicas.

A DINÂMICA TERRITORIAL EM AÇÃO: UMA ABORDAGEM POR MEIO DOS RECURSOS

Definir a abordagem por meio dos recursos

O recurso territorial pode ser definido a partir de suas características. Aqui, entendemos um recurso não apenas como um fator de produção do qual um território pode dispor (ou não), mas como o resultado de uma construção/combinção proveniente da vontade humana. Vejamos algumas características do recurso territorial.

- a. Se adicionarmos ao recurso o adjetivo “territorial”, fazemos referência à primeira característica que é a especificidade. Isso significa que o meio geográfico, no sentido profundo de lugar de história e cultura, irá interferir no valor do que é produzido. De fato, as condições externas de produção — patrimônio, história, reputação, saber-fazer, etc. — determinam o consentimento para pagar do consumidor; uma ovelha criada em pastagem será vendida mais cara do que uma ovelha proveniente de uma fazenda industrial, pois o valor da reputação é transferido para o preço da carne. Em matéria de produção de bens e serviços agrícolas, pensamos imediatamente no “*terroir*”, moldado ao longo do tempo pelo clima, eventos geológicos, mas também pela ação humana nas práticas culturais, adubação, etc. O *terroir* cria uma distinção de um lugar para outro, no sentido de que dois *terroirs*, mesmo geograficamente próximos, nunca serão idênticos. Essa especificidade do recurso se opõe à

⁴ Nota para a versão em português: poder-se-ia dizer que, na compreensão dominante no Brasil e países latino-americanos, a categoria utilizadas pelo autor deste texto, “território concreto”, se aproxima da noção de região, enquanto, “território abstrato”, da noção de território.

genericidade, que é típica da produção fordista, onde as diferenças espaciais foram apagadas em prol da uniformidade espacial das condições de produção.

- b. A segunda característica do recurso territorial é sua natureza de potencialidade. O recurso territorial não existe sob a forma de jazida; ele deve passar por uma “metamorfose” para se tornar um ativo valorizável. Isso significa que, antes de valorizar um recurso por metamorfose, é preciso nomeá-lo e, portanto, revelá-lo. Um recurso coletivo que não for formulado por ninguém não existiria. Portanto, é necessário que um coletivo de atores envolvidos possa se reunir e revelar o problema comum a ser resolvido, ou o recurso comum a ser valorizado. Isso coloca em questão os procedimentos habituais de diagnóstico, que, geralmente, subestimam o diagnóstico.
- c. A terceira característica decorre da segunda. Trata-se do caráter oculto do recurso. Geralmente, não é o que parece óbvio que é o bom recurso. É, em vez disso, aquilo que se revela fortemente ligado ao lugar, após um diagnóstico aprofundado e que pode criar o “nicho”, a distinção e produzir a especificidade. Assim, o diálogo democrático que determina o problema comum a ser resolvido, permitindo definir o território adequado, é a base da emergência dos recursos de um território.

O principal desafio das estratégias de desenvolvimento por meio dos recursos reside, portanto, na capacidade dos atores de mobilizar esses recursos na perspectiva de mobilizar as rendas de qualidade territoriais (RQT), especialmente no mundo rural.

Gerar uma renda de qualidade territorial

Fora das ilhas de modernidade, na maioria das áreas rurais dos países do Sul, a forma social de produção dominante é a forma familiar comercial, independentemente do setor de atividade (agricultura, artesanato, comércio, transporte, serviços). Nesse caso, os produtos elaborados são genéricos e padronizados, e é o mercado que fixa os preços, sem que o produtor tenha direito a interferir nessa fixação.

A renda gerada pelo processo de produção permite, normalmente, que a unidade de produção “média” se reproduza, ou seja, financie os custos de produção e garanta à família uma renda que satisfaça suas necessidades no nível “social” estabelecido pelo ambiente em que a família se encontra. Essa unidade de produção também pode, às vezes, beneficiar-se de uma “renda”, dada sua situação geográfica e socioeconômica ou agroecológica, quando se trata de uma atividade agrícola. Essa renda provém, muitas vezes, de uma diminuição dos custos de produção que, por diferença, aumenta a renda líquida da unidade de produção.

Ela também pode sofrer uma “renda” negativa devido à sua situação, resultando em rendimentos abaixo dos da unidade de produção média. Isso é especialmente verdadeiro para as unidades de produção que só conseguem sobreviver graças às contribuições de transferências familiares. Mas, em todos os casos desse tipo, a renda, positiva ou negativa, que se observa provém das “vantagens comparativas” que a unidade de produção possui em relação à unidade média que define o limiar de reprodução dos fatores de produção.

Por outro lado, com a valorização de um novo recurso identitário, vendem-se produtos ou serviços que não eram comercializados anteriormente e/ou vendem-se a preços mais altos do que o produto “genérico” ou “padronizado” correspondente. O que acontece, então? O valor

que o mercado atribuiu a esse recurso, diminuído dos custos de produção, atua como uma “renda” (renda sem trabalho) que contém várias composições.

Há coisas que não eram vendidas e que agora passarão a ser (paisagens, patrimônios, história, produtos auto conservados como produtos agrícolas ou têxteis...). O valor líquido delas, ou seja, diminuído dos custos de produção, será assimilável a uma renda, ou seja, um rendimento sem trabalho. De fato, a “utilidade” desses produtos é considerada pelos consumidores que os adquirem ou desfrutam como um valor adicional que não podiam aproveitar quando não o tinham. Contudo, esse valor, se bem elaborado através de trabalho e insumos, às vezes ultrapassa amplamente seu custo. Depende, na verdade, da utilidade do produto e do equilíbrio entre oferta e demanda.

Assim, estamos diante de um valor adicional que provém essencialmente do fato de que o bem ou serviço, ou ainda o saber-fazer ou seu ambiente (no caso de um patrimônio arquitetônico ou de uma paisagem), carregam consigo ou se referem à identidade do lugar onde se encontram e à especificidade que ele possui. O mesmo ocorre com bens que eram mal vendidos porque não eram valorizados como produtos identitários e que agora serão vendidos melhor. Nesse caso, a “renda” criada é representada pela diferença entre o valor antigo do produto e o valor novo.

Em todos os casos desse tipo, portanto, vemos surgir uma “renda” que representará uma parte substancial da renda. Essa renda, chamada de “renda territorial”, permite gerar a partir dessas produções um excedente que será reinvestido e que pode inserir os territórios em “zonas difíceis” (periféricos) em processos de desenvolvimento (Campagne; Pecqueur, 2014).

Assim, é possível lembrar que, se as economias do Sul puderam se beneficiar por um longo período do modelo de competição generalizada, foi graças à redução dos custos de produção que conseguiram gerar devido às remunerações muito baixas que praticavam e à elevação geral da qualidade que conseguiram impor (notavelmente nos países considerados “emergentes”). No entanto, tal vantagem relativa representa apenas uma oportunidade temporária para as áreas mais favoráveis dessas economias. As zonas menos favoráveis ou periféricas, por sua vez, nunca terão acesso ao universo da concorrência e são levadas à renúncia à alavancagem da competitividade de preços.

Da renda sobre um único produto à emergência de uma cesta de bens e serviços

Estrategicamente, é possível amplificar a renda de qualidade territorial ao inscrever o produto em um conjunto de produtos característicos de um lugar ou de uma região. Os efeitos de reputação que resultam disso não apenas podem se somar, mas também podem se combinar para apoiar estratégias de desenvolvimento. Esse modo de organização da produção inscrito no espaço foi designado como uma “cesta de bens” (Mollard; Pecqueur, 2007). Mais recentemente, um certo número de pesquisadores brasileiros buscou verificar a capacidade estratégica de utilização do conceito (Cazella et al., 2020; Hirczak; Pecqueur; Mollard, 2004). Para eles, a aplicação dessa abordagem às realidades brasileiras requer um aprofundamento da análise sobre as questões da inclusão social e do acesso ao produto, considerando o baixo poder de compra que deprime a demanda e limita a criação da renda de qualidade territorial. Um segundo ponto surgiu na discussão, que diz respeito ao desenvolvimento sustentável. De fato, a crise climática constitui um elemento essencial na luta contra os desequilíbrios provocados por

uma intensidade excessiva da produção agrícola, que provoca o empobrecimento dos solos e uma contribuição catastrófica para o aquecimento do planeta. A conscientização do interesse em mobilizar um modelo de recursos específicos constitui, portanto, um verdadeiro “ponto de virada territorial” (Pecqueur 2006) em direção a estratégias de adaptação à crise por meio do desenvolvimento territorial e abre um vasto campo de pesquisa em termos de geografia econômica do desenvolvimento.

Da vantagem comparativa ao “vantagem diferenciada”⁵

A deslocalização individual como tendência ilustrativa da globalização tende a operar em um mecanismo pré-fordista de busca por baixos custos de produção, separando novamente as populações produtoras das populações consumidoras. Essa projeção em um mundo onde os quadros de troca são cada vez menos os Estados-Nação, mas sim as “regiões” no sentido de Scott (2001), ou seja, configurações aglomeradas de grande tamanho, mas construídas e não dadas, questiona o modelo típico ricardiano de troca internacional baseado em “vantagens comparativas”.

Essa última abordagem, embora refinada e atualizada, ainda domina a representação das trocas “internacionais” (ou seja, entre sistemas produtivos nacionais, entidades claramente isoláveis). Paul Claval (2002) destacou, no entanto, o caráter datado das bases estabelecidas por D. Ricardo (entre 1810 e 1820) para essa teoria do comércio internacional. Se considerarmos as principais hipóteses do modelo das vantagens comparativas, podemos apontar obsolescências em relação à situação atual.

- a. O que varia de um país para outro são essencialmente fertilidades diferentes e matérias-primas mais ou menos abundantes. A diferenciação, portanto, ocorre principalmente nos setores agrícola e industrial, e diz respeito a recursos já presentes em maior ou menor quantidade em cada país.
- b. A hipótese de mobilidade interna do trabalhador de um setor para outro supõe uma transição do trabalho do tecido para o do vinho, sem fricção, diríamos hoje, sem “custo de transação”. “Existem, evidentemente, diferenças entre [por exemplo] os criadores de gado e os agricultores ou entre os artesãos da madeira e os do setor têxtil, mas considera-se que passar de um setor a outro da produção não apresenta dificuldades insuperáveis e não custa muito mais” (Claval, 2002).
- c. O espaço continua sendo um obstáculo e, portanto, um custo que justifica a importância do custo de transporte e, conseqüentemente, a localização próxima ao mercado.
- d. O progresso técnico na revolução industrial nascente não é tal que entre na explicação das diferenças de um país para outro. Nem as economias de escala nem as externalidades (conceitos marshallianos anacrônicos aqui) são levadas em consideração.

Se for possível manter as conclusões de D. Ricardo considerando as formas atuais complexas de ofertas que contêm serviços e conhecimento, isso se torna, no entanto, menos convincente. Por trás da existência da vantagem comparativa, permanece a ideia de compara-

⁵ [Algumas das ideias discutidas nesta parte são retomadas do artigo de Cazella, Dorigon e Pecqueur \(2022\).](#)

bilidade e, portanto, de equivalência geral das ofertas em um mercado essencialmente competitivo e em processo de unificação.

No entanto, quando os produtores de calçados de Cholet (França) percebem que seus concorrentes do Sudeste Asiático colocam seus calçados no mercado francês ao preço que eles pagam pelo couro (Courlet, 2002), chegamos aos limites da comparabilidade. Em outras palavras, em uma linearidade de produtos genéricos de qualidades diferentes, mas comensuráveis, as produções são entregues a uma concorrência na qual apenas as economias com menores custos de produção (com domínio igual das tecnologias) podem triunfar.

Uma representação ingênua, mas muito difundida, das deslocalizações afirma que os países de baixos salários constituem uma armadilha mortal para as economias desenvolvidas. No entanto, nossas produções de calçados, confrontadas com o problema acima, não buscam mais competir com seus concorrentes nos mesmos produtos, pois isso equivaleria a trabalhar com mão de obra e custos de fabricação gratuitos (!). Nesse caso, como em muitos outros na economia contemporânea, a saída do problema consiste em diferenciar o produto para que ele se torne “específico” e, portanto, escape à concorrência. Os fabricantes de Cholet, portanto, buscaram, em primeiro lugar, aumentar a qualidade para permitir um aumento de preços e, em segundo lugar, dominar a moda antes do produto para criar, assim, um produto completamente diferente do calçado padrão importado. Trata-se de um processo de especificação que existe, por exemplo, nas produções agroalimentares com o fenômeno das AOC (“Apelação de Origem Controlada”) ou ainda com o turismo e a economia cultural.

As condições atuais de desenvolvimento da economia cognitiva multiplicam as situações de diferenciação por especificação. Portanto, fazemos aqui a hipótese de que a vantagem comparativa, à luz da globalização, se torna uma “vantagem diferenciada”. Assim, para os territórios, não se trata mais de se especializar em um esquema comparativo, mas de escapar às leis da concorrência quando estas são impossíveis de seguir, visando a produção para a qual eles estariam (no ideal) em uma situação de monopólio. Um tal tipo de comportamento questiona a divisão por sistemas produtivos nacionais (espaços dados), uma vez que as iniciativas não resultam de uma política centralizada em escala de um Estado-Nação, mas de grupos de atores mobilizados para resolver um problema produtivo (os produtores de calçados de Cholet não se submeteram a uma política pública vinda de Paris).

a) De ativo a recurso: em direção a uma abordagem da produção

A transição do sistema produtivo nacional para o território como uma entidade de raciocínio sobre as estratégias de desenvolvimento representa uma novidade importante na percepção dos sistemas de organização da economia e implica a necessidade de explicitar sucintamente as características da fabricação de territórios que fundamentam o modelo emergente. Em primeiro lugar, o território não é apenas um espaço dado, postulado e pré-definido, no qual ocorrem dinâmicas específicas sob a égide das autoridades locais (“*local authorities*”, no sentido da literatura anglo-saxônica, ou seja, as entidades territoriais resultantes da descentralização), mas também, e pode ser especialmente, o resultado de um processo de construção e delimitação pelos atores. Tal processo é eminentemente geográfico.

Em segundo lugar, a valorização da atividade econômica por meio das dinâmicas territoriais implica uma consideração prévia dos insumos (ativos utilizados para a realização dos

produtos), que denominaremos “recursos territoriais” e que suscita debates sobre sua natureza “patrimonial”.

b) O território se cria pela discriminação entre os atores

Os atores se agrupam em função dos problemas produtivos que precisam resolver em uma escala mesoeconômica que não é nem o indivíduo nem o todo. Esses grupos de atores podem ter motivações e processos muito diversos para se reunirem em busca de um benefício do qual cada membro se beneficiaria (grupo de pressão, sindicato, empresa, etc.). A sociologia institucional desenvolveu, em torno das estratégias identitárias dos indivíduos, as configurações constitutivas dos grupos. No entanto, na observação empírica dos modos de organização das instituições econômicas, o que impressiona são as estratégias de coalizão entre diferentes grupos em torno de uma questão produtiva.

Assim, a abordagem mesoeconômica do espaço econômico consiste na análise das dinâmicas de construção de um “dentro” em relação a um “fora”. O território resultará desse processo de discriminação. Um território (que pode, portanto, ser provisório e incompleto) é a confluência do espaço comum abstrato construído pelos grupos e de um espaço físico, quando este contribui para a elaboração do recurso que fundamenta o “dentro” em relação ao “fora”. O território assim constituído tem, portanto, uma função particular de repelir os atores que não vêm de dentro de seus limites. O processo de discriminação atua como um filtro cognitivo que permite limitar ao máximo a incerteza radical sofrida por cada indivíduo.

O exemplo das Denominações de Origem Controladas é facilmente evocativo para ilustrar nossa proposta. Nesse caso, um grupo de produtores coordenado com instituições locais produz uma vantagem competitiva baseada na qualidade e especificidade da produção, delimitando os contornos geográficos do território. Após negociações, às vezes longas, com organizações nacionais reguladoras, os atores realizam o movimento de discriminação que define os beneficiários e os excluídos do benefício. O espaço físico que suporta a delimitação geográfica contribui para essa construção por meio do recurso natural que está associado a ele.

c) O recurso é um insumo anterior

Isso significa que a análise econômica convencional se limita aos insumos diretamente presentes e disponíveis para serem combinados em uma operação produtiva. Uma característica principal do modelo de desenvolvimento territorial é precisamente retroceder ao ativo para considerar todos os recursos, incluindo aqueles que são apenas virtuais e não têm uma existência prévia à ação de fazê-los surgir.

Se a existência do território supõe uma construção histórica longa por parte dos atores, isso significa que as externalidades territoriais criadas pelos atores resultam de um processo anterior em um mundo não mercantil. Este é o sentido de uma distinção crucial entre recurso e ativo (Colletis; Pecqueur, 2018). O ativo é um fator “em atividade”, ou seja, valorizado no mercado. O recurso, ao contrário do ativo, constitui uma reserva, um potencial latente, até mesmo virtual, que pode se transformar em ativo se as condições de produção ou de criação de tecnologia o permitirem. Assim, a expressão da variável territorial deve ser buscada nas condições de elaboração de recursos nesse âmbito que é a expressão do trabalho de uma sociedade e, mais precisamente, do território sobre si mesmo e sobre a manifestação de sua

identidade. Recordemos uma das intuições fundamentais da geografia da percepção (Frémont, 2005), segundo a qual é o homem, através de sua percepção de seu espaço “vivido”, que retoma o controle de seu ambiente de vida, no qual ele tenta uma reapropriação do que o universo da firma nômade havia confiscado.

CONCLUSÃO: QUAIS SÃO AS PERSPECTIVAS DA NOÇÃO DE RECURSO TERRITORIAL?

Se o modelo do recurso territorial mantém sua relevância, ele deve sair de uma perspectiva estritamente produtivista para considerar a melhoria da vida coletiva, em vez de apenas os indicadores quantitativos de crescimento. Keynes (1930), em um famoso texto dirigido a seus netos, questionava o futuro da economia mundial em cem anos. Ele distingue “as necessidades absolutas, que sentimos independentemente da situação dos nossos semelhantes. Outras são relativas: as experimentamos apenas porque sua satisfação nos eleva acima de nossos semelhantes, nos dando uma sensação de superioridade sobre eles. [Referindo-se às necessidades absolutas], pode ser que em breve, muito mais rápido do que pensamos, alcancemos o ponto em que elas estarão satisfeitas — no sentido de que escolheremos dedicar nosso excedente de energia a fins não econômicos”.

Esse desvio de energia poderia se direcionar nas seguintes direções, justificando assim a necessidade de reterritorialização.

a – O aumento das dependências

A globalização ampliada aparece como uma evidência inevitável, mas enfrenta crises que freiam e contestam suas dinâmicas. Poderíamos falar de “contratendência”. As crises afetam, em primeiro lugar, o aquecimento global e a carbonização excessiva dos processos industriais. Essas restrições climáticas exigem evoluções radicais nos modos de produção e consumo. Além da crise central do aquecimento do planeta, existem crises mais conjunturais, como a crise financeira (*subprimes*, endividamento, etc.), a crise sanitária (Covid) e a crise geopolítica (guerra na Ucrânia e tensões sino-americanas). Todas essas crises evidenciam um efeito crescente de dependências em recursos, especialmente nas áreas energética e alimentar. Elas até questionam radicalmente os próprios processos de globalização (produção, redistribuição e reciclagem) e seu corolário, o crescimento. Assim, podemos questionar a importância da “reterritorialização” na elaboração de soluções para os impasses decorrentes das crises.

b – Lutar contra a extinção da diversidade dos ecossistemas territoriais

Nesse mesmo sentido, observamos que o sistema produtivo mundial, desde o início do século XX e a invenção do fordismo, fundamentou seu sucesso na padronização, ou seja, na uniformidade e na genericidade dos produtos, assim como na ausência total de uma visão do papel do espaço na produção e no intercâmbio (exceto pelos famosos custos de transporte, tão valorizados pelos geógrafos alemães do século XIX – Von Thünen, Weber, etc.). Essa padronização levou a um empobrecimento da diversidade produtiva, que pode ser comparado por analogia à drástica redução da biodiversidade. Os produtos consumidos e os modos de vida convergem para um modelo de uniformidade genérica que nega as diferenças e as especificidades dos lugares, sem, no entanto, cumprir os objetivos estabelecidos de independência e

competitividade. Esse esquecimento da geografia espacial justifica amplamente a necessidade de reterritorialização dos processos de desenvolvimento.

c – Novas finalidades do desenvolvimento

A intencionalidade dos atores econômicos é múltipla. Ela pode ser a competitividade, o desenvolvimento e a captura de renda, mas também pode ser o bem-estar dos habitantes, a qualidade de vida, a proteção dos recursos, etc. Por trás da questão da intencionalidade, surge a questão do meio, a do perímetro do coletivo que participa de sua definição. Quando é territorializada, a intencionalidade pode emergir da inteligência coletiva local e se tingir da especificidade dos lugares, das condições materiais e imateriais. Essa especificidade torna-se então garantidora da coesão do território. De fato, estudos mostraram como o perímetro do meio deve se expandir e superar as divisões setoriais quando se trata de sustentabilidade. A finalidade do desenvolvimento se traduz principalmente pela melhoria da produção. Mas, ao contrário do crescimento, superamos aqui o mero PIB para introduzir elementos qualitativos, como níveis de saúde, educação, etc. Essa tradução induz estratégias de atratividade (de capitais, de mão de obra, etc.) visando à acolhida de investimentos ou à exploração de efeitos de oportunidade ou de renda de matérias-primas (renda petrolífera: ver o “síndrome holandesa”, que freia consideravelmente o desenvolvimento). Ao fazer isso, o risco é considerável de situar o desenvolvimento como um processo antes de tudo exógeno.

d – Rumo à busca de coesão territorial

As crises climáticas e de produção que dela decorrem criam um contexto que implica uma forte evolução da estratégia de atratividade. Essas crises iluminam o papel dos “meios” humanos e dos modos de organização dos poderes (da governança). Se há “reterritorialização”, é em um quadro onde a atratividade deve ser realmente endogeneizada. Revelar recursos territoriais é uma forma de valorização em uma atratividade renovada, voltada para a integração das dimensões sociais da vida dos atores humanos. Isso levanta a questão final da coesão territorial como condição restritiva à resiliência do sistema econômico, à semelhança dos economistas da América Latina que defendem o “Buen Vivir” (Gudynas, 2011).

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento sustentável: qual a estratégia para o Brasil? *Novos Estudos Cebrap*, n. 87, p. 97-113, 2010.
- AMIN, S. *Unequal Development: an essay on the social formations of peripheral capitalism*. Monthly Review Press, 1976.
- BECATTINI G. Dal ‘settore industriale’ al ‘distretto industriale’. Alcune considerazioni sull’unità d’indagine dell’economia industriale. *Rivista di Economia e Politica Industriale*, n. 1, 1979.
- BECATTINI, G.; BELLANDI M.; DE PROPRIIS, L. (Edits.). *A handbook of industrial districts*. London: Edward Elgar Publishing, 2009.
- CAPELLO, R. Il futuro delle Scienze Regionali tra crisi e opportunità. *Eyesreg – Giornale di Scienze Regionali*, v. 6, n. 4, p. 96-98, 2016.
- CALAME, P. *Petit traité d’oeconomie*. Paris: Éditions Charles Léopold Mayer, 2018.
- CAMAGNI, R. Espace et temps dans le concept de milieu innovateur. In: RALLET, A.; TORRE, A. (ed.). *Économie industrielle et économie spatiale*. Paris: Economica, 1995. p. 192-210.
- CAMPAGNE, P.; PECQUEUR, B. *Le développement territorial, une réponse émergente à la crise*. Paris: Éditions Charles Léopold Mayer, 2014.

- CLAVAL, P. Espace et territoire: les bifurcations de la science régionale. *Géographie, Économie et Société*, v. 10, n. 2, p. 157-184, 2008.
- CLAVAL, P. El enfoque cultural y las concepciones geográficas del espacio. *Boletín de la A. G. E.* n. 34, p. 21-39, 2002.
- CAMPOLINA DINIZ, C.; BORGES LEMOS, M. (ed.). *Economia e Território*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. *Dependency and development in Latin America*. Berkeley: University of California Press, 1979.
- CAZELLA, A. A.; DORIGON, C.; PECQUEUR, B. Da economia de escala à especificação de recursos territoriais: introdução ao dossiê "Desenvolvimento rural e a cesta de bens e serviços territoriais". *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 42, n. 1, p. 1-21, 2022.
- CAZELLA, A. A.; MEDEIROS, M.; DESCONSI, C.; SCHNEIDER, S.; DE PAULA, L. G. N. O enfoque da cesta de bens e serviços territoriais: seus fundamentos teóricos e aplicação no Brasil. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*. v. 16, n. 3, p. 193-206, set-dez/2020.
- COLLETIS, G., PECQUEUR, B. Révélation des ressources spécifiques territoriales et inégalités de développement: Le rôle de la proximité géographique. *Économie Régionale et Urbaine*, n. 5, p. 993-1.011, 2018.
- COURLET, C. Les systèmes productifs localisés. *Etudes et Recherches sur les Systèmes Agraires et le Développement*, v. 23, p. 27-40, 2002.
- DALLABRIDA, V. R. *Desenvolvimento Regional: por que algumas regiões se desenvolvem e outras não?* Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2011.
- DELANEY, P. *Territory: a short introduction*. Hoboken, Nova Jersey, EUA: John Wiley and Sons, 2008.
- EMMANUEL, A. Unequal Exchange: a study of the imperialism of trade. *Monthly Review Press*, New York, May. 1972.
- FRANK, A. G. The underdevelopment of development. *Monthly Review*, v. 18, n. 4, p. 17-31, 1966.
- FRÉMONT, A. Géographie et espace vécu. In: BERTHOZ A.; RECHT R. *Les espaces de l'homme*. Paris: Odile Jacob, 2005. p. 93-107.
- GUDYNAS, E. Buen Vivir: today's tomorrow. *Development*, v. 54, n. 4, p. 441-447, 2011.
- HARVEY D. *Spaces of capital, towards a Critical Geography*. London: Routledge, 2001.
- HIRSCHMAN A. O. *A bias for hope, essays on development in Latin America*. Newhaven: Yale University Press, 1971.
- HIRCZAK, M.; PECQUEUR, B.; MOLLARD, A. Le panier de biens et de service de qualité: vers un modèle de développement territorial durable? *Montagnes Méditerranéennes*, Institut de Géographie Alpine, n. 20, p. 35-42, 2004.
- ISARD, W. Interregional and regional input-output analysis: a model of a space economy. *Review of Economics and Statistics*, v. 33, n. 4, p. 318-328, nov., 1951.
- JEAN, B. Le développement territorial: un nouveau regard sur les régions du Québec. *Recherches Socio-graphiques*, v. 47, n. 3, p. 465-474, 2006.
- KEYNES, J. M. *Lettre à nos petits-enfants*. Édition en français. Paris: Les liens qui libèrent, 1930 [2017].
- KRUGMAN, P. R. *Development, Geography and Economic Theory*. Cambridge: MIT Press, 1997. Vol. 6.
- LATOUCHE S. *Le pari de la décroissance*, Paris: Fayard, 2010.
- LIPIETZ, A.; BENKO, G. *Les régions qui gagnent*. Districts et réseaux: les nouveaux paradigmes de la géographie industrielle. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.
- MAILLAT, D. Milieux innovateurs et dynamique territoriale. In: RALLET, A.; TORRE, A. (Ed.). *Economie industrielle et économie spatiale*. Paris: Economica, 1995. p. 213-231.
- MARTIN, R.; SUNLEY, P. L'économie géographique de Paul Krugman et ses conséquences pour la théorie du développement régional, une évaluation critique. In: BENKO, G.; LIPIETZ, A. *La richesse des régions*. Paris: PUF, 2000. p. 33-84.
- MUCHNIK, J. *Evolution de l'ancrage territorial des productions agri-alimentaires: le concept de Syal à l'épreuve*. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SISTEMAS AGROALIMENTARES LOCALIZADOS: OS SIAL FACE ÀS OPORTUNIDADES E AOS DESAFIOS DO NOVO CONTEXTO GLOBAL, 4., 2013. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.
- MUCHNIK, J.; SAUTIER, D. *Systèmes agroalimentaires localisés et construction des territoires*. Document de travail. Montpellier: Cirad-Tera, 1998.
- PACHOUD, C.; KOOP, K.; GEORGE, E. Societal transformation through the prism of the concept of *territoire*: A French contribution. *Environmental Innovation and Societal Transitions*, v. 45, p. 101-113, 2022.

- PECQUEUR, B. *Le développement local*. Paris: Éditions Syros, 1989.
- PECQUEUR, B. Le tournant territorial de l'économie globale. *Espaces et sociétés*, n. 123-125, p. 17-32, 2006.
- PECQUEUR, B.; VIEIRA, P. F. Territorial resources and sustainability: analyzing development in a "post-fordist" scenario. In: MANCIBO F.; SACHS I. *Transitions to sustainability*. Paris: Springer, 2015. p. 141-157.
- PERROUX, F. Les espaces économiques. *Economie Appliquée*, v. 3, n. 1, janv./mars 1950.
- PEEMANS, J. P. H. Territoires et mondialisation: enjeux du développement, revue *Alternatives Sud*, Louvain La Neuve, v. 15, n. 1, p. 7-33, 2008.
- PIORE, M.; SABEL, C. H. *The second industrial divide*. Possibilities for prosperity. New York: Basic Books, 1984.
- PORTER, M. Clusters and the New Economics of Competition. *Harvard Business Review*, v. 76, n. 6, p. 77-90, november–December/1998.
- PORTER M.; KETELS C. H. Cluster and Industrial Districts: common roots, different perspectives. In: BECATTINI, G.; BELLANDI, M.; DE PROPRIIS, L. (edit.). *A handbook of industrial districts*. Cheltenham, UK ; Northampton, MA: Edward Elgar, 2009. p. 172-186.
- ROSENSTEIN-RODAN, P. N. Notes sur la théorie de la «grande poussée». Dans *Développement économique pour l'Amérique latine: actes d'une conférence organisée par l'Association économique internationale*. Londres: Palgrave Macmillan Royaume-Uni, 1961. p. 57-81.
- SANTOS, M. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- SANTOS, M. *Economia espacial: críticas e alternativas*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003.
- SCOTT, A. J. *Global City-Regions*. Trends, theory, policy. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- TORRES SALCIDO, G.; CHÁVEZ, R.; ALEJANDRO, H.; LEGLISE, P.; DEL ROBLE, M. (coord.). *Los sistemas agroalimentarios localizados en México*. Desafíos para el desarrollo rural y la seguridad alimentaria. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2011.
- VIEIRA, P. F. Políticas ambientais no Brasil: do preservacionismo ao desenvolvimento territorial sustentável. *Política & Sociedade*, n. 14, p. 27-75, 2009.
- VON THUNEN, J. R. *Der isoliert Stadt*. Berlin: Rostock, 1826.
- ZAHIDI M. *Des systèmes productifs locaux (SPL) au service du développement territorial: un processus de valorisation des ressources du territoire*. Essai de modélisation de trois SPL dans la région Drâa-Tafilalet au Maroc. Thèse. 2003. (Doctorat d'économie) – Université HassanII, Casablanca, 2023.

Autor correspondente

Bernard Pecqueur
Université Grenoble Alpes
621 Av. Centrale, 38400 Saint-Martin-d'Hères (France)
bernard.pecqueur@univ-grenoble-alpes.fr

Este é um artigo de acesso aberto distribuído
sob os termos da licença Creative Commons

